

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.210.924 - ES (2017/0303879-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : SC2 SHOPPING PRAIA DA COSTA LTDA
AGRAVANTE : BLOKOS ENGENHARIA LTDA
AGRAVANTE : ENGENHARIA E CONSTRUTORA ARARIBOIA LTDA
AGRAVANTE : A MADEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AGRAVANTE : PISA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA - ME
AGRAVANTE : ACTA ENGENHARIA LTDA
AGRAVANTE : METRON ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO LOUREIRO MARTINS - ES001322
SERGIO BERMUDEZ - RJ017587
GUILHERME VALDETARO MATHIAS E OUTRO(S) - RJ075643
AGRAVADO : WEDSON SIMOES GONÇALVES - ESPÓLIO
REPR. POR : MALCON ROBERT CECILIOTTI GONÇALVES -
INVENTARIANTE
ADVOGADOS : FERNANDO DE ABREU JÚDICE - ES000794
DIEGO GOMES DUMMER E OUTRO(S) - ES016617

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - PRELIMINAR - NÃO CONHECIMENTO - REJEIÇÃO - MÉRITO - EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA - LAUDO PERICIAL - ATENÇÃO AO COMANDO DE CONVERSÃO DA EXECUÇÃO DE ENTREGA DO IMÓVEL OBJETO DA AÇÃO POSSESSÓRIA EM EQUIVALENTE INDENIZAÇÃO - RECURSO PROVIDO EM PARTE.

1. Não há identidade entre os objetos do agravo de instrumento e de recurso precedente que inviabilize o conhecimento do presente recurso. Preliminar de não conhecimento superada.

2. A liquidação não se presta à revisão da sentença liquidanda, mas sim à fixação do valor devido. Jurisprudência do C. STJ e doutrina.

3. Excepcionalidade das hipóteses em que a autoridade do julgado pode ser mitigada. Jurisprudência do C. STJ e doutrina.

3. Caso concreto em que os fatos supervenientes alegados pelo recorrente não prejudicam a liquidação da sentença e não se enquadram nas hipóteses excepcionais de relativização da eficácia: preclusiva da coisa julgada aceitas pela jurisprudência do C. STJ, e

em que a análise do título judicial, com a decisão, que determinou a conversão da execução (reintegração do liquidante na posse do imóvel) em indenização equivalente ao valor atual da terra nua, não autoriza a consideração do liquidante como proprietário do imóvel, mas tão somente seu possuidor, muito menos a conjectura de que poderia ter eventualmente usucapido o imóvel se não fosse o esbulho sofrido.

4. Recurso parcialmente provido para reformar em parte a decisão impugnada e determinar que o perito considere, na determinação do valor da indenização devida ao agravado, apenas a sua condição de possuidor do imóvel e desconsidere a conjectura de que o teria usucapido caso não fosse esbulhado pelas agravantes.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 469, 474, 475-A, 475-G, 475-L, VI, 535, II, e 741 do Código de Processo Civil de 1973; 844, 944 e 952 do Código Civil.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação do art. 535 do CPC.

Quanto ao mais, o recurso não poderia ser acolhido sem reexame de prova. A agravante afirma a superveniência de fatos a prejudicar a eficácia da sentença liquidanda. A respeito do tema, porém, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fl. 2.721):

As hipóteses de desconstituição da coisa julgada encontram-se expressamente previstas no art. 485, do CPC, acrescidas da possibilidade de ajuizamento de ação declaratória de nulidade da sentença transitada em julgado, entre elas não se incluindo o mero advento de fato superveniente tido por prejudicial às questões definitivamente julgadas.

Não se olvida a distinção entre a eficácia preclusiva da coisa julgada e a eventual prejudicialidade de fatos supervenientes contra a eficácia da sentença, o que, em cognição sumária, não ocorre.

Superior Tribunal de Justiça

A pretensão declaratória deduzida pelos Espólios de Malvino Coutinho Araújo e Orcina Ribeiro de Araújo contra a Caixa Econômica Federal e as empresas do Consórcio Habitacional Capixaba (Processo nº 95.0007431-1, 5.ª Vara Federal de Vitória/ES, cópia da sentença, fls. 1140/1152), ora agravantes, foi julgada improcedente porque se reconheceu a legalidade e eficácia do Decreto nº 4.838-E, de 18-06-1991, do Estado do Espírito Santo, e não porque, ao tempo em que faleceram, não se qualificavam como proprietários (ou mesmo possuidores) do bem objeto da Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários firmada entre dois de seus sucessores, Juracy Araújo Pereira e Walmir Araújo Pereira (cf. cópia do formal de partilha, fls. 127/132), e o agravado (cf. cópia da escritura pública de cessão de direitos hereditários, folha 124/124 -verso).

Por outro lado, o agravado não se qualifica como herdeiro de Malvino Coutinho Araújo e Orcina Ribeiro de Araújo, mas sim seu sucessor a título singular, do que dimana a inconsistência da alegação de que estaria se beneficiando de dupla indenização, por força do acórdão confirmatório da sentença proferida nesta ação e da sentença de procedência proferida em ação reivindicatória promovida pelos Espólios de Malvino Coutinho Araújo e Orcina Ribeiro de Araújo contra a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD." A esses fundamentos acresça-se que não há identidade entre os objetos dessas ações e o da que originou o título executivo liquidando, e que a pretensão de afastar eficácia preclusiva da coisa julgada não se enquadra nas estritas hipóteses aceitas pela jurisprudência do C. STJ

Afastar essas conclusões é inviável em recurso especial, consoante dispõe a Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora